

Dinâmica territorial do capital e do trabalho: qualificação profissional e a expansão do trabalho fabril no Oeste Paranaense.¹

Diane Daniela Gemelli

Marcelo Dornelis Carvalho²

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Brasil.

Introdução

A partir de 1960 inúmeras transformações ocorrem no cenário econômico mundial com o objetivo de suplantar a crise orgânica do capital, que por sua vez acarretam efeitos significativos para a classe trabalhadora, no que tange a inserção/manutenção no mercado de trabalho formal, aumentando os índices de desemprego, subemprego, trabalho informal, terceirizado, arrocho salarial além de uma série de conseqüências, causadas pela reestruturação produtiva, mundialização do capital e mais recentemente pelo neoliberalismo.

A ofensiva do capital e a necessidade da superação da crise do sistema capitalista de produção fizeram com que o capital adotasse novas medidas no que tange a mobilidade e territorialização das atividades produtivas, conseqüentemente surgiram novos limites para a Divisão Territorial do Trabalho.

Nessa perspectiva, sobretudo na década de 1990 recebe impulso o discurso da qualificação profissional, enquanto estratégia de melhores condições de inserção/manutenção no mercado de trabalho formal, alegando que a alternativa para o desemprego, e para precarização do trabalho é o incremento em qualificação profissional. Este inclusive é o discurso do governo federal, que nesse intuito lança em 1995 Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) que se territorializa nos estados com a instituição do PlanTeQ Plano Territorial de Qualificação do Trabalhador, que viabilizará cursos no sentido de qualificar os trabalhadores de acordo com as necessidades de qualificação profissional do mercado.

Diante disso alguns lugares tornaram-se atrativos para a acumulação e expansão capitalista, tornando-se mais vantajosos que outros.

Nesse caso percebemos o avanço considerável do emprego fabril no Oeste Paranaense, sobretudo o emprego nas indústrias de produção de alimentos cujo crescimento num período de dez anos (1996-2006) registrou a marca de aproximadamente 215%. Do total de empregos registrados neste setor industrial no Oeste Paranaense no ano de 2006, percebemos que 49% correspondem à microrregião geográfica de Toledo, e deste total nesta microrregião constatamos que 90% encontram-se nos municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina.

Assim estudamos a expansão do trabalho fabril em Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo no setor de alimentos, bebidas e álcool etílico, no sentido de compreender, quais as razões do crescimento substancial tanto de estabelecimentos, quanto de mão-de-obra empregada neste ramo produtivo, buscando verificar se existe alguma relação deste aumento com o investimento em qualificação profissional, por parte do Estado e das próprias empresas.

A expansão geográfica do capital e do trabalho no Oeste Paranaense

O Oeste Paranaense se mostra como lugar vantajoso ensejando a expansão/mobilidade do capital e divisão territorial do trabalho com a instalação dos mais diversos ramos produtivos. Neste momento enfocaremos os municípios de

¹ Eixo temático 1: Respostas teórico-metodológicas da Geografia perante as recentes espacialidades 2: Dinâmica Urbana.

² Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e orientador desta pesquisa.

Palotina, Marechal Cândido Rondon e Toledo a partir da expansão/territorialização da indústria alimentícia e sua relação com a qualificação profissional.

A mobilidade territorial do capital pode condicionar a formação de arranjos produtivos locais (APL's), ou territórios especializados em determinadas atividades econômico-produtivas. Isso pode ser percebido na Mesorregião³ Oeste Paranaense quando levamos em consideração o aumento no número de estabelecimentos ligados a indústria de transformação e mais especificamente ao setor de produção de alimentos.

TABELA III - Evolução no número de estabelecimentos Indústria de transformação e de produtos alimentícios Mesorregião Oeste Paranaense - (1996 – 2006)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ind.de transformação	1636	1832	2012	2088	2206	2270	2357	2441	2575	2724	2887
Indústria Alimentícia	329	353	381	404	419	438	456	478	502	527	547

Fonte: Dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego

Org: GEMELLI, 2008.

De acordo com os dados apresentados na TABELA II, verificamos a expansão dos estabelecimentos ligados à indústria de transformação na Mesorregião Oeste Paranaense que registrou crescimento de 76% no período compreendido entre 1996-2006. No mesmo período destacamos a expansão dos estabelecimentos ligados à produção alimentícia atingindo a marca de 66%. Outro dado relevante é quanto à participação da indústria alimentícia no número total de estabelecimentos referentes à indústria de transformação, que no referido período manteve-se na faixa de 20%.

Diretamente relacionado à expansão dos estabelecimentos ligados a indústria de transformação e mais especificamente a indústria de produção alimentícia, notamos a considerável expansão do trabalho formal no setor de produção de alimentos entre 1996-2006 na Mesorregião Oeste Paranaense. Assim em 1996 registravam-se 10.295 trabalhadores formais empregados neste setor industrial, enquanto em 2006 esse número saltou para 32.308 trabalhadores, crescimento superior a 210%⁴.

Com tamanho crescimento na contratação de trabalhadores na indústria alimentícia no Oeste Paranaense faz com que essa mesorregião ocupe o 2º lugar entre as 10 mesorregiões do Paraná, ficando atrás apenas do Norte Central Paranaense que empregava em 2006 32.648 trabalhadores neste setor industrial. Porém a expansão em números percentuais no período entre 1996-2006 no Norte Central foi bem inferior ao registrado no Oeste, sendo que no primeiro o crescimento foi na ordem de 67% enquanto no segundo, como ressaltamos acima, foi superior a 210%⁵.

Desta maneira o Oeste Paranaense pode ter se tornado uma região de expansão para a atividade industrial ligada à produção de alimentos. Assim, o capital se expande geograficamente para outras regiões a fim de prover maiores índices de (re) produção garantindo a sua existência enquanto sistema hegemônico transformando o espaço onde

³ As mesorregiões geográficas do estado do Paraná foram definidas e delimitadas, sobretudo sob sua estrutura produtiva em 1976 pelo IBGE, sendo que o Estado é dividido em 10 mesorregiões geográficas. A mesorregião Oeste paranaense é constituída por 50 municípios, distribuídos entre as microrregiões geográficas de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Sendo que os três municípios a serem estudados neste trabalho, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo pertencem à microrregião geográfica de Toledo.

⁴ Dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

⁵ Dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

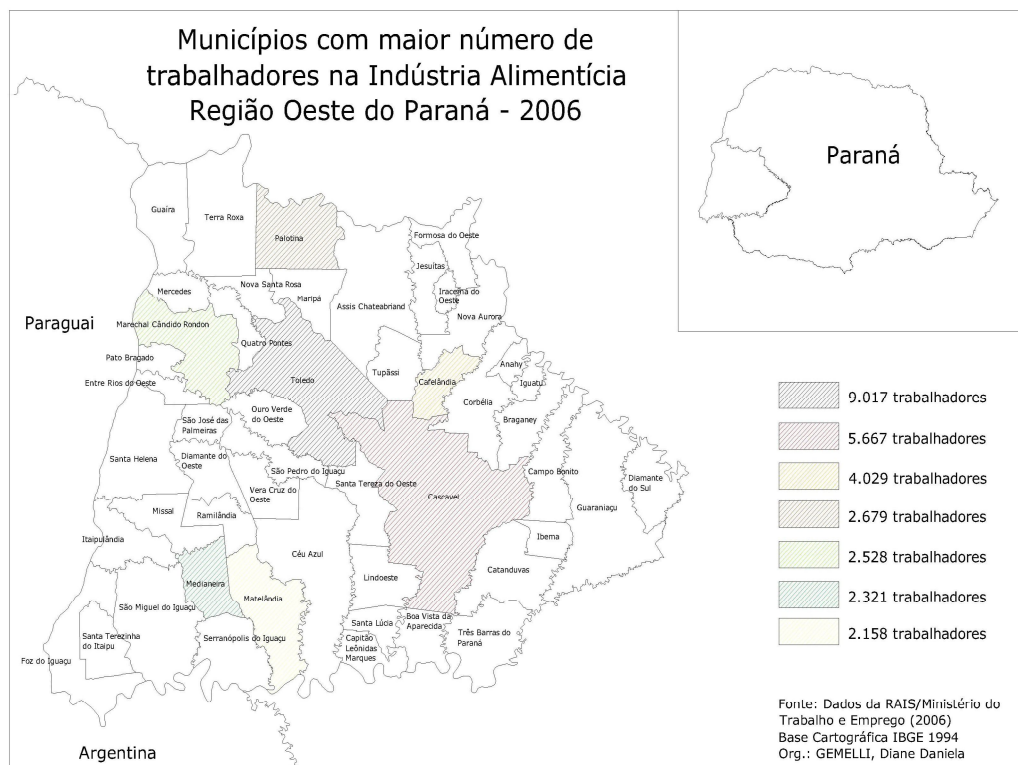
atua e conseqüente às relações sociais, atribuindo novos significados para a relação capital-trabalho.

A expansão da indústria alimentícia na região pode estar relacionada à estrutura agrária desta, que combina grande produção monocultora, cooperativas além de pequenos e médios proprietários. Assim a Mesoregião Oeste Paranaense é uma das mais representativas quanto ao número de estabelecimentos ligados a pequena propriedade, registrando 88,3% de pequenos e médios estabelecimentos e 11,7% de grandes estabelecimentos.⁶

Está estrutura agrária pode ter possibilitado a instalação de cooperativas na região e de grandes grupos empresariais ligados ao beneficiamento de leite, frango, suínos, mandioca entre outros produtos, assim citamos a instalação da COOPAVEL em Cascavel, da Sadia em Toledo, da C.Vale em Palotina e da Copagril (Cooperativa Agrícola Mista Rondon LTDA) em Marechal Cândido Rondon.

Porém, percebemos que a expansão das indústrias alimentícias, não ocorre de maneira homogênea no Oeste Paranaense, visto que alguns municípios se destacam enquanto territórios de expansão do trabalho e do capital. De acordo com dados de 2006 os municípios que mais empregam trabalhadores na indústria alimentícia são Cascavel, Toledo, Cafelândia, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Medianeira e Matelândia, o que significa que juntos equivalem a aproximadamente 88% de todo trabalho fabril na indústria alimentícia do oeste paranaense, como pode ser visualizado no mapa a seguir.

MAPA I



Deste modo é possível constatar uma nova divisão territorial do trabalho a medida que novos elementos entram em cena, como a expansão das indústrias alimentícias. Assim,

⁶ Dados IBGE - censo agropecuário 1995.

A divisão territorial do trabalho, que antecede o próprio capitalismo, tem neste sistema sócio-metabólico algumas particularidades que lhe dão sentido e inteligibilidade na sociedade contemporânea, pois a repartição das áreas é racionalizada pela busca incessante de acumulação, atraídos e simultaneamente produzindo vantagens espaciais. (CARVALHAL: 2008 p. 04)

Deste modo, levantamos algumas hipóteses para a configuração de nova divisão territorial do trabalho e do capital associada ao territorialização das indústrias alimentícias em alguns municípios do Oeste Paranaense, como a estrutura fundiária, a existência de uma série de “cooperativas”, e a disponibilidade de trabalhadores que aceitam as condições de trabalho impostas pelo processo de produção de alimentos.

Essa tendência quanto à expansão deste setor no Oeste Paranaense ainda pode ser constatada com a instalação de outras unidades produtivas em Marechal Cândido Rondon (frigorífico de suínos) e Santa Helena (fábrica de biscoitos).

Portanto verificamos que sete municípios tem comandado a expansão da indústria alimentícia no Oeste Paranaense, sendo que nos últimos anos os demais municípios desta mesorregião pouco tem significado quanto ao crescimento do trabalho neste setor industrial. De modo, notamos que apenas Foz do Iguaçu tem ensaiado um crescimento, com aumento de 472 trabalhadores em 2005, para 844 em 2006, os demais municípios tem mantido com pouca oscilação o número de trabalhadores empregados neste setor.

Como destaca Carvalhal (2008 p. 7), não podemos afirmar que o processo de expansão das indústrias de alimentos no Oeste Paranaense esteja relacionada com a deslocalização de unidades produtivas, visto que, a que tudo indica tal expansão acompanha o crescimento da indústria nacional. Mas o que nos interessa é compreender tamanha expansão e o que isso significa para a totalidade social empregada nessas indústrias, bem como verificar a importância desses trabalhadores para a territorialização e expansão destas indústrias.

Deste modo, compreendemos que o capital busca constantemente novos territórios para a acumulação, buscando fugir ou superar suas oscilações crises e contradições, e nesse sentido a interferência do Estado tem um papel importante na recriação e expansão do capital.

Ressaltamos que o Estado foi determinante para a superação da crise estrutural de acumulação capitalista, no sentido que as estratégias adotadas na organização produtiva puderam ser concretizadas mediante a ordenação produtiva-espacial, e através de novas formas de uso da força de trabalho. Nessa perspectiva regiões e/ou países com pouca ou nenhuma tradição industrial, tornaram-se lugares competitivos e vantajosos para o soerguimento do sistema capitalista de produção. Para que esses lugares pudessem entrar no circuito produtivo global, tiveram que dotar-se de infra-estrutura física, outro alicerce determinante é quanto à mão-de-obra disponível, barata e minimamente qualificada. Desta maneira tem-se a base para a (re) divisão territorial do trabalho via a espacialização e a especialização das atividades produtivas.

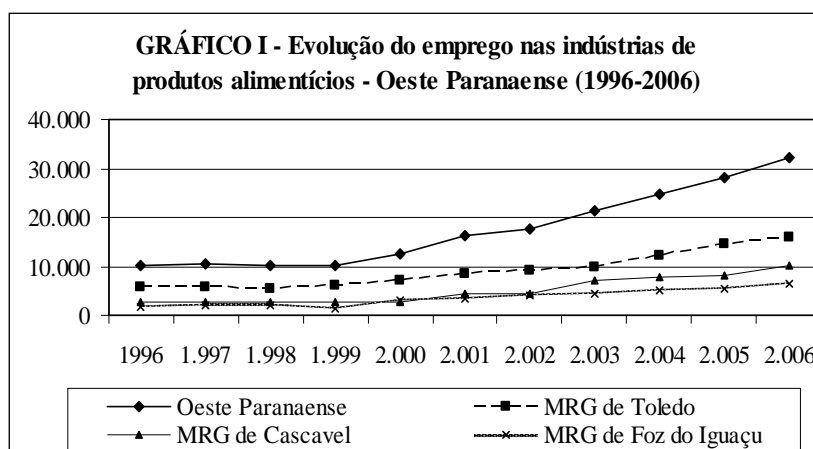
Como ressalta Mészáros (2002, p. 131), “o sistema do capital é um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão”. Portanto para garantir a sobrevivência do capitalismo, este precisa expandir-se constantemente, a fim de não perder o controle sobre o espaço, aproveitando-se do maior número de vantagens que cada lugar puder oferecer. Desta maneira o capital não vai buscar novos lugares para a (re) produção somente para superar uma crise estrutural de acumulação como a verificada no decorrer da década de 1970, ou seja, o capital sempre estará em busca de

novos espaços de dominação, assim a expansão geográfica do capital deve ser constante até por que esta é uma das condições básica para a sua existência.

A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. (HARVEY: 2005 p. 43)

A mobilidade do capital enquanto alternativa e estratégia para a acumulação capitalista também tem um peso importante sob a organização do trabalho, suas formas de uso e exploração e, portanto sob a própria mobilidade territorial do trabalho. Nesse sentido reafirma-se a centralidade do trabalho, como elemento para entender a dinâmica de des-organização do espaço e da própria sociedade.

No bojo da mobilidade territorial do capital e do trabalho, apresentamos os dados sobre a expansão do trabalho fabril no Oeste Paranaense, sobretudo na indústria de produtos alimentícios, mais precisamente na Microrregião⁷ Geográfica de Toledo (MRG) aprofundando nosso estudo nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo.



Fonte: Dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego
Org: GEMELLI, 2008.

Analisando o gráfico acima percebemos a expansão do trabalho fabril nas indústrias de produtos alimentícios no Oeste Paranaense. Desta forma no período compreendido entre 1996-2006 o trabalho neste setor cresceu 213% atingindo a marca de 32.308 trabalhadores no ano de 2006. Também registrou-se o aumento dos postos de emprego nas microrregiões que compõem o Oeste Paranaense. A MRG de Cascavel foi a que apresentou maior crescimento percentual 260%, seguida da MRG de Foz do Iguaçu com 242% e da MRG de Toledo com aumento de 180% dos postos de trabalho criados na indústria alimentícia no período de 1996-2006.

Apesar da MRG de Toledo ter apresentado menor crescimento percentual, esta corresponde a 49% do total de empregos na indústria alimentícia no Oeste Paranaense. Assim a MRG de Toledo possui em números absolutos a maior quantidade de

⁷ A microrregião geográfica de Toledo é umas das três microrregiões que formam a mesorregião geográfica do oeste paranaense, e é composta por 21 municípios entre eles Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo.

trabalhadores empregados neste ramo industrial no Oeste Paranaense. Dos 32.308 trabalhadores ocupados na indústria alimentícia no oeste paranaense 15.895 encontram-se nas indústrias distribuídas nos municípios da MRG de Toledo.

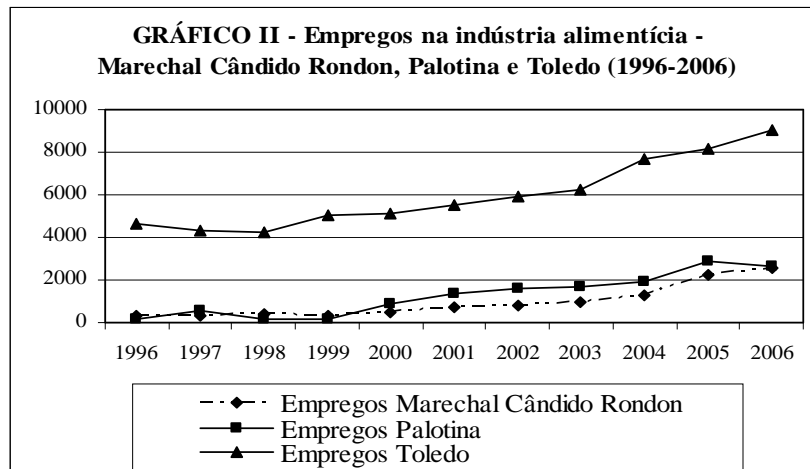
No que se refere ao número absoluto de trabalhadores formais empregados nas indústrias alimentícias, a MRG de Toledo ocupa uma posição de destaque no cenário estadual, ocupando a 2º posição, atrás apenas da MRG de Curitiba. Em números totais a MRG de Curitiba emprega mais trabalhadores que a MRG de Toledo, sendo que a primeira emprega 27.967 trabalhadores enquanto a segunda emprega 15.865 trabalhadores nas indústrias de produção alimentícia. Porém em números percentuais no período compreendido entre 1996-2006 a expansão deste setor na MRG de Toledo se mostra muito mais significativa que na MRG de Curitiba, sendo que o crescimento apresentado foi de 180% e 70% respectivamente.

Assim, podemos de alguma forma verificar a expansão da atividade industrial ligada à produção de alimentos no Oeste Paranaense, sobretudo na MRG de Toledo como uma estratégia de acumulação capitalista. E, portanto, tal expansão traz efeitos diretos no que se refere à produção do espaço geográfico através da expansão geográfica do capital associada à mobilidade territorial do trabalho, através da incorporação de novos agentes (sociais, materiais e territoriais) na lógica destrutiva do capital, de acordo com as vantagens que cada região pode oferecer em termos de produtividade, competitividade e lucratividade.

a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual, mesmo na ausência de diferenciação geográfica em termos de dotação de recursos e de possibilidades, fatores que acrescentam seu peso à lógica das diferenciações e especializações espaciais e regionais. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas no interior dessa estrutura espacial. (HARVEY: 2004 p. 82-83)

Constatamos que a expansão do trabalho fabril na indústria alimentícia no Oeste Paranaense representa de alguma forma vantagens para a acumulação capitalista, caso contrário não faria sentido o aumento constante no número de trabalhadores empregados neste setor industrial. A partir do momento que esta região já não se mostrar mais competitiva para o capital, certamente este buscará novos lugares que possam oferecer condições para sua (re)produção, promovendo a transformação espacial através da mobilidade territorial do capital e do trabalho. Como destaca HARVEY (2004 p. 82-83), “o capital excedente de um lugar pode encontrar emprego noutra lugar em que as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas”.

Ainda quanto à expansão do trabalho na indústria alimentícia na Mesorregião Oeste Paranaense, e mais especificamente na MRG de Toledo, chamamos a atenção para os municípios de Toledo, Palotina e Marechal Candido Rondon e a representatividade que estes possuem frente ao crescimento do trabalho fabril na indústria de alimentos. Notamos que os municípios de Toledo, Palotina e Marechal Candido Rondon representam 49% do total de empregos existentes na indústria alimentícia na Mesorregião Oeste Paranaense em 2006.



Fonte: Dados da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego
Org: GEMELLI, 2008.

De acordo com o gráfico acima percebemos que o trabalho fabril na indústria alimentícia cresceu consideravelmente nos municípios de Palotina, Marechal Cândido Rondon e Toledo entre os anos de 1996-2006.

No município de Palotina registrava-se em 1996 apenas 175 empregos na indústria alimentícia, no ano de 2001 esse número já representava 1.392 trabalhadores, já ao final de 2006 registra-se um novo salto com 2.679 trabalhadores. Isso significa que entre 1996-2006, o trabalho na indústria alimentícia de Palotina cresceu a cifras impressionantes atingindo 1430%.

Em Marechal Cândido Rondon num período de 10 anos constatamos um aumento de mais de 650% no número de postos de emprego criados nas indústrias de alimentos. Sendo que em 1996 registravam-se 336 trabalhadores, até o ano de 2000 o crescimento foi gradual, a partir de 2001 a expansão começa a tomar maiores proporções até atingir em 2004 a marca de 1309 trabalhadores número que se amplia para 2528 ao final de 2006. Esse crescimento é em grande parte reflexo da expansão da agroindústria de processamento animal (frigorífico de aves e laticínios), sobretudo no ano de 2005 com a instalação do complexo de aves da COPAGRIL, mesmo período que nota-se um aumento de quase 1000 postos de emprego gerados nas indústrias de alimentos, bebidas e álcool etílico.

No município de Toledo o trabalho fabril no período de 1996-2006 cresceu 110%. Deste modo registrava-se 4.651 trabalhadores fabris na indústria alimentícia em 1996, número que saltou para 9.017 no ano de 2006.

A expansão do trabalho fabril na indústria alimentícia na MRG de Toledo está associado ao crescimento significativo do trabalho fabril neste setor industrial nos municípios de Palotina, Marechal Cândido Rondon e Toledo, haja vista que estes municípios juntos correspondem a praticante 90% de todo trabalho fabril existentes nas indústrias alimentícias na MRG de Toledo. E levando em consideração a expansão da C.Vale (Palotina), da Copagrill (Marechal Cândido Rondon) e da Sadia (Toledo), notamos a importância da agroindústria para a expansão do trabalho fabril na indústria alimentícia tanto na Mesorregião Oeste Paranaense como na MRG de Toledo.

De acordo com Carvalho (2007 p. 91) “essa tendência da agroindustrialização é identificada como uma especialização produtiva do território regional, em que a cadeia produtiva da avicultura e da suinocultura ganham destaque [...] para a identificação de Arranjos Produtivos Locais no estado do Paraná.

Porém, esse crescimento intenso do emprego industrial, sobretudo na territorialização das indústrias de produção alimentícia, nos faz questionar sobre a origem e/ou as razões desta expansão do capital e do trabalho no Oeste Paranaense, sobretudo nos municípios de Palotina, Marechal Cândido Rondon e Toledo e quais seus impactos para os trabalhadores destes municípios.

Deste modo nos indagamos qual a importância da qualificação profissional no que se refere à expansão geográfica das indústrias de produção alimentícia, visto que o Estado aponta como alternativa para os trabalhadores que estão desempregados ou na informalidade o incremento em qualificação profissional como possibilidade para inserir-se no mercado de trabalho formal, e mesmo para os que se encontram empregados formalmente à qualificação profissional é apontada como uma possibilidade para manter-se em tal condição, visto a tamanha competitividade do mercado de trabalho.

Assim compreende-se a mobilidade geográfica do capital através das ações do Estado, e das empresas no intuito de qualificar e/ou treinar trabalhadores para as indústrias, sobretudo a de produção alimentícia. Deste modo percebemos que, sobretudo com o treinamento e as práticas adotadas no interior das indústrias no que se refere à qualificação do trabalhador ancorada na educação para o trabalho enquanto estratégias para garantir o sociometabolismo do capital, são representativas no que se refere à expansão e territorialização das indústrias de produção de alimentos que se encontram em franca expansão, sobretudo nos municípios de Toledo, Palotina, Marechal Cândido Rondon.

A educação para o trabalho: estratégia para a mobilidade do capital

As transformações na esfera produtiva provocam a desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo a partir da década de 1980 e 1990. Desta maneira, a nova organização e divisão do trabalho, associada à mobilidade territorial do capital e as mudanças nas formas de regulação societal, acentuaram-se principalmente durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quando ocorre a abertura comercial, a adoção do neoliberalismo como paradigma econômico, intensificando os problemas estruturais do trabalho, através do arrocho salarial, da intensificação do desemprego, da informalidade, que resultaram na flexibilização e precarização do trabalho.

Com o avanço tecnológico e sob as novas necessidades do mercado, a qualificação do trabalhador associada à educação, assume nova roupagem, ou seja, novas características em que os trabalhadores que visam se adequar às transformações produtivas “necessitam” dominar um número cada vez maior de funções, habilidades e competências. Aptidões estas que não são adquiridas necessariamente no ensino escolar, assim, cursos técnicos, e de aperfeiçoamento profissional passaram a ser a alternativa para a imensa massa de trabalhadores que buscava se manter ou se inserir no mercado de trabalho precário e exigente.

Estes novos conceitos relacionados à formação do trabalhador, como trabalhador polivalente, multifuncional, e mesmo a noção de competências, empregabilidade entre outros, surgem também como uma forma de controle social inclusive por parte do Estado, que realiza cursos de qualificação profissional, que na prática na maioria das vezes não tem muita eficiência no sentido de garantir o emprego ao trabalhador. Mas serve como uma justificativa, no sentido que o Estado está fazendo algo para melhorar a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, porém se este não conseguir emprego é por incompetência sua, pois não dominou os atributos necessários.

Outra forma de controle dos trabalhadores, também associada às mudanças nas relações produtivas, é a que busca na realização do trabalho a confiabilidade do trabalhador, de forma que este se torne um colaborador do patrão, a favor da lucratividade, inclusive para trabalhadores que trabalham em equipe, um torna-se “vigia” do outro, para que nada interfira na produtividade, pois se um errar todos perdem. Para os trabalhadores que se comportarem melhor é atribuído um bônus salarial, que os homens de negócio chamam de “participação nos lucros”, como se com a lucratividade da empresa/indústria o trabalhador também seria beneficiado, situações estas que puderam ser verificados em nossa pesquisa de campo.

Essa idéia de colaboradores enquanto instrumentos do capital também pode ser constatada em conversa com os trabalhadores, quando relataram que trabalham em equipe, e deste modo é preciso fiscalizar pra ver se todos os trabalhadores estão cumprindo as metas de produção. Deste modo, seu Didi que trabalha a 24 anos na Sadia nos destacou, “a esteira vai rolando, a máquina é controlada, eu tenho que cortar 33 asas de frango por minuto se alguém na linha cortar menos alguém terá que cortar mais, porque passa aquela quantia por minuto e alguém tem que pega”⁸.

Nesse sentido perguntei se existe alguma fiscalização entre os próprios trabalhadores, e ele nos destacou que sim, quando percebem que alguém não está trabalhando bem conversam com o trabalhador pra ver o que está acontecendo, mas dificilmente reclamam do trabalho de um trabalhador para alguém à serviço da indústria, geralmente tentam resolver o problema conversando com o trabalhador. Além dessa fiscalização entre os próprios trabalhadores, existe o encarregado, o supervisor e o capitão que fiscalizam o trabalho, se percebem que alguém não está atingindo a meta são chamados para resolver o problema, se percebem que o trabalhador não esta se acostumando ao trabalho o transferem para outra função até ele se adaptar ou ser demitido.

Ainda sobre o papel da educação vale salientar a importância das agências multilaterais como FMI e Banco Mundial, para a legitimação da educação enquanto redentora do desemprego e fomentadora do crescimento econômico, pois, segundo tais órgãos, quanto maior forem os níveis da formação profissional dos trabalhadores maiores serão as chances de (re)inserção/manutenção no mercado de trabalho, da mesma maneira que investimentos em educação via formação profissional, trazem um saldo positivo para o país viabilizando o crescimento econômico.

As agências multilaterais (Banco Mundial, BID, UNESCO, CEPAL, OIT, etc...) disseminam por toda parte esta neoteoria, fazendo supor que por meio da educação básica e profissional o indivíduo garante a sua empregabilidade. Essas instituições desconsideram todo o contexto macroeconômico e apregoam que o investimento na educação básica aumenta a possibilidade das nações emergentes reverterem as desigualdades sociais. (BATISTA: 2005 p. 21)

Mas além das funções e habilidades técnicas o que se intensifica sob a exigência de “um novo trabalhador”, é a captura da subjetividade operária, enquanto um trabalhador integrado aos interesses da produtividade e lucratividade da empresa/indústria, deste modo:

faz aflorar o sentido falacioso da ‘qualificação do trabalho’, que muito freqüentemente assume a forma de uma manifestação mais ideológica

⁸ Entrevista concedida dia 28 de setembro de 2008.

do que de uma necessidade efetiva do processo de produção. A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam de fato a *confiabilidade* que as empresas pretendem obter dos trabalhadores, que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital (ANTUNES: 1999 p. 52).

Para tanto, se faz necessário um “novo trabalhador” menos politizado, mais qualificado e mais produtivo. Busca-se um trabalhador-colaborador, ou seja, que coopere com as necessidades e intenções da empresa, de forma que o intento do patrão e do trabalhador seja um só, no sentido de gerar lucro para a empresa inserindo-a no mercado competitivo, mesmo que por vezes faça isso sem perceber ou faça simplesmente, porque precisa trabalhar para garantir a sobrevivência de sua família. Sendo assim, entre 1993 e 2000, a produtividade do trabalho aumentou anualmente em média 5,1%, em virtude do aumento do ritmo do trabalho, da introdução de formas flexíveis de produção e da ampliação de novas tecnologias. (CORSI: 2006 p. 27-28)

É este trabalhador confiável, colaborador, que representa vantagens ao capital através de sua qualificação profissional (educação para o trabalho), que as novas formas de sociabilidade capitalista exigem, lembrando que quando nos referimos à qualificação do trabalhador, estamos mencionando a capacidade de trabalho no sentido de ser útil à produção, seja com a incorporação de habilidades técnicas e cognitivas ou psicológicas e comportamentais. Nessa perspectiva é possível tratarmos a qualificação profissional como um dos componentes das estratégias de expansão capitalista, que contraditoriamente promove a desterritorialização do emprego fabril em alguns lugares e sua reterritorialização em outros, alterando drasticamente o perfil do trabalhador empregável e empregado nestes lugares. Assim o desenvolvimento desigual do capital enseja a divisão territorial do trabalho, tornando especializadas determinadas regiões no circuito produtivo e reprodutivo do capital.

Deste modo, o discurso da constante requalificação do trabalhador se torna fundamental para a lucratividade dos empreendimentos, visto que frente à necessidade dos trabalhadores serem maleáveis adaptando-se aos caprichos do mercado de trabalho, estes tendem a constantemente oferecer a partir de sua formação profissional maiores índices de lucratividade, a mesma medida que o capital passa a ter alternativas para sua expansão, a medida que determinados lugares, por um motivo ou outro não representem mais interesses e nem vantagens a reprodução capitalista.

O processo de desqualificação/requalificação em sua dimensão territorial revela a hegemonia do capital, pois o redimensionamento dos conteúdos da qualificação profissional, que captura estrategicamente os conhecimentos forjados pelos trabalhadores nos processos produtivos, é realizado no plano territorial, intensificando a produção de meios locais adaptados as necessidades do capital, portanto desempregando mão-de-obra qualificada em lugares com resistência sindical organizada e empregando-as em lugares com pouca tradição em lutas sindicais, porém igualmente provida de mão-de-obra qualificada. (CARVALHAL: 2004 p. 89)

Sob a regulamentação/desregulamentação do mercado de trabalho, a educação para o trabalho pode facilitar a expansão geográfica do capital, através da transformação de sindicatos combativos em corporativos, de modo que lugares com mão-de-obra pouca combativa se tornam mais favoráveis à reprodução do capital. Assim a existência

de luta de classes representa um entrave ao capital, e este tentará bani-la através da captura da subjetividade operária.

De acordo com Carvalhal (2004 p. 207), com o reordenamento do capital em resposta a sua crise de acumulação, verifica-se as transformações na própria sociabilidade que o capitalismo enseja, com rebatimentos na luta de classes, através de formas ofensivas da captura da subjetividade operária ao projeto civilizatório do capital.

Reiteramos que a educação para o trabalho representa uma ofensiva do capital para manter sua hegemonia sobre o território e conseqüentemente sobre os trabalhadores, inferindo maior controle sobre a classe-que-vive-do-trabalho⁹ através das novas formas de uso e controle da força de trabalho.

Sob a perversidade do capital a qualificação profissional expressa no trabalho nas indústrias alimentícias de Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon

Sob o discurso da qualificação profissional, e ancorados na discussão realizada a respeito da empregabilidade, modelo de competências e da educação para o trabalho enquanto estratégias de auferir maior produtividade e lucratividade ao trabalho fabril, incorporando aspectos da formação profissional que vai muito além das habilidades técnicas, buscamos saber como isso está presente no trabalho fabril ligado às indústrias alimentícias.

Deste modo, procuramos saber das indústrias quais as exigências em termos de escolaridade e qualificação profissional, no ato da contratação dos trabalhadores para a linha de produção. Todas as indústrias estudadas relataram que quanto à escolaridade não existe muita exigência, é necessário ter no mínimo a 4ª série completa, o que também não é regra, por exemplo, na Copagril, C.Vale e Sadia, como nos declaram trabalhadores e o representante de recursos humanos, em muitos casos nem esta exigência de escolaridade tem sido levada em consideração, haja vista a intensa demanda de trabalhadores e a dificuldade para encontrá-los.

Ainda quanto às exigências no ato da contratação, o representante da Copagril nos destacou que deveria existir exigência em termos de qualificação profissional, mas se a indústria passar a exigir, um curso básico, por exemplo, para quem trabalha como auxiliar de produção como o de manipulação de alimentos, certamente as dificuldades para encontrar trabalhadores seriam ainda maior, deste modo a indústria prefere oferecer esses cursos para os novos trabalhadores assim que são contratados.

Alguns trabalhadores entrevistados da C.Vale e da Sadia também ressaltaram que se fosse cobrar qualquer exigência, em termos de escolaridade, por exemplo, a dificuldade de encontrar trabalhadores seria ainda maior, deste modo nos ressaltaram que se o trabalhador for alfabetizado já pode trabalhar nas indústrias alimentícias.

Na Frimesa a situação também não é muito diferente, a escolaridade mínima exigida para quem quer trabalhar como auxiliar de produção é ter a 4ª ou 5ª série concluída. Quanto à experiência, a chefe de recursos humanos da Frimesa ressaltou, que em Marechal Cândido Rondon é difícil encontrar um trabalhador que tenha experiência que atenda às necessidades da indústria, por exemplo, “a experiência de dois anos como auxiliar de linha de produção na Faville, não tem a menor vantagem para um

⁹ Referenciados por ANTUNES e ALVES (2004) entendemos a classe-que-vive-do-trabalho como a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Englobando também o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital. Portanto não fazem parte da classe trabalhadora moderna os gestores do capital, pelo papel central que exercem no controle, na gestão e no sistema de mando do capital.

colaborador que almeje trabalhar na Frimesa, isso porque são indústrias diferentes, que fabricam diferentes produtos, e, portanto o trabalho na linha de produção também é diferente¹⁰”. Deste modo a indústria também prefere qualificar/treinar seus trabalhadores na própria indústria.

Ainda nessa perspectiva, o representante da Faville nos destacou, “para ingressar na indústria o candidato deve possuir primeiramente um curso de 12 horas de Boas Práticas de Fabricação, curso este oferecido pela própria indústria, já sob o grau de instrução não temos uma exigência maior devido ao processo produtivo, mas nossa empresa qualifica os trabalhadores através de muitos treinamentos internos¹¹.”

Verificamos nas três indústrias que aceitaram nos receber, e mesmo em conversa com os trabalhadores das cinco indústrias, que a qualificação profissional ancorada em habilidades técnicas que incorpore, por exemplo, as boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos ou a própria escolaridade, não é decisiva, ou sequer representativa no ato da contratação, mas é importante no decorrer do processo produtivo, sendo inclusive estratégica para a indústria manter a meta de produção e de qualidade exigida pelos compradores e tem caráter de seleção à medida que os trabalhadores não conseguem atingir as metas ou acompanhar o ritmo de produção exigido pela indústria, a partir do momento que a indústria percebe que determinado trabalhador não conseguiu se adaptar em nenhum setor da indústria é demitido. Mas em conversa com alguns trabalhadores percebemos que na maioria das vezes são os próprios trabalhadores que pedem a demissão, quando não conseguem acompanhar o ritmo do processo produtivo, o que explicita o quão desumano é o trabalho nessas indústrias.

Se no ato da contratação as exigências não são determinantes, percebemos que a qualificação dos trabalhadores de acordo com as necessidades da indústria começa logo após a contratação destes, assim as indústrias estudadas realizam treinamentos/cursos quando o trabalhador começa a trabalhar na empresa.

Desta forma quando o trabalhador é contratado na Frimesa, ele realiza um curso de integração com duração de 12 horas, oferecido pela própria indústria, com o objetivo de mostrar como funciona a empresa, quais são os direitos e deveres dos trabalhadores, boas práticas de fabricação (higiene). Nessa mesma indústria no decorrer do ano são realizados cursos rápidos, com duração de duas horas, e que são denominados, semana da qualidade, semana de prevenção de acidentes de trabalho e semana do meio ambiente¹².

Já para ser operador de máquina ou caldeirista é necessário a realização de um curso de 1 semana oferecido pelo SENAI em parceria com a indústria. Para trabalhar no setor de UHT – Ultra Alta Temperatura e pasteurização também é necessário fazer um curso de procedimento operacional, este ministrado por trabalhadores deste setor para os trabalhadores que estão a pelo menos 6 meses na indústria e que demonstram maior potencial e empenho no trabalho. Esse curso não tem uma duração específica, é feito no dia-a-dia, assim o trabalhador que faz o curso na verdade acompanha o processo produtivo, portanto o tempo para o trabalhador treinado estar apto para desempenhar tal função pode chegar a seis meses¹³.

¹⁰ Entrevista concedida em 29/08/2008.

¹¹ Respostas encaminhadas via e-mail dia 15 de agosto de 2008.

¹² Esses cursos ocorrem durante uma semana, para poder ser realizado por todos os trabalhadores da indústria, assim enquanto um grupo de trabalhadores está fazendo o curso os demais estão trabalhando.

¹³ Ressaltamos que dos 270 trabalhadores da Frimesa aproximadamente 70 trabalham no setor de UHT e pasteurização.

Quando o trabalhador começa a trabalhar na Faville também é necessário fazer um curso com duração de 12 horas designado de Boas Práticas de Fabricação, curso este oferecido pelo Senai¹⁴. E no decorrer do processo produtivo a indústria realiza constantemente treinamentos na própria indústria, “dependendo do treinamento pode durar de 2 a 4 horas, temos treinamentos rápidos que duram até 00:30 minutos”.¹⁵ Esses são cursos rápidos para atender alguma necessidade específica do processo produtivo.

O representante da Faville ainda ressaltou “infelizmente temos que qualificar os colaboradores na própria empresa, pois as pessoas que buscam oportunidades no chão de fábrica dificilmente buscam se qualificar”, ainda enfatizou que “os colaboradores qualificados já estão ingressos no mercado de trabalho, portanto buscamos qualificar os que já estão na empresa, que demonstram competência para receber as oportunidades de promoção”.

Chamamos a atenção para o que as indústrias chamam de colaboradores, e percebemos o quanto isso é importante para a produtividade e lucratividade da indústria, de modo que os representantes das duas indústrias apontaram a importância do potencial ou das competências daqueles que chamam de colaboradores, principalmente na evolução de cargo dentro da indústria, por exemplo, para o trabalhador deixar de cortar 33 asas de frango por minuto e passar a ser encarregado de determinado setor, deve mostrar além de agilidade, comprometimento com o trabalho, mais do que isso comprometimento com a indústria, no sentido, de sempre estar cobrando dos demais trabalhadores maior produtividade.

...são inegáveis as vantagens resultantes do fato da empresa possuir uma mão-de-obra, um conjunto de ‘colaboradores’, em sintonia com sua política e cultura de modo que, além de buscar superar as metas estabelecidas e possibilitar o estabelecimento de novas, deixe de lado reivindicações ‘retrógradas’. (SILVA: 2008 p.78)

Assim os trabalhadores (como ressaltamos anteriormente) se tornam fiscais uns dos outros, o que é uma estratégia extremamente interessante para a indústria manter o controle dos trabalhadores, agora fazendo destes seus aliados. Porém a mesma medida que esta pode ser uma estratégia interessante, pode chegar a um momento que os trabalhadores passem a questionar tais medidas.

Na Copagril quando da contratação de novos trabalhadores estes devem fazer um curso designado Programa de Integração de Novos Empregados, que possui duração de 8 horas, mostrando os direitos e deveres dos trabalhadores, os procedimentos internos da indústria, além de curso de manipulação de alimentos e segurança no trabalho.

Na C. Vale e na Sadia também são realizados cursos na admissão de novos trabalhadores, porém como estas indústrias não nos receberam as informações que temos foram repassadas por trabalhadores, que falaram que quando contratados realizam cursos rápidos de higiene, manipulação de alimentos, além de algumas informações sobre direitos e deveres com enfoque nas metas de produção. E ainda conseguimos algumas informações com o Senai, que na maioria dos casos oferece cursos que atendem os trabalhadores das indústrias alimentícias ou fecham um pacote de curso(s) com determinada indústria.

¹⁴ Nossa análise sobre a indústria de biscoitos Faville, ficou prejudicada pelo fato que esta indústria não aceitou nos receber para uma conversa, assim as perguntas foram respondidas via e-mail, o que torna as respostas muito superficiais.

¹⁵ Respostas encaminhadas via e-mail dia 15 de agosto de 2008.

Alves (2007 p. 197), salienta que a constituição de um precário mundo do trabalho tende a contribuir para controlar o comportamento do homem que trabalha e conseqüentemente elevar sua produtividade através da emulação pelo medo. Sendo esse uma forma regressiva de emulação do homem que, sob o sócio-metabolismo da barbárie, tem se disseminado na civilização do capital.

Verificamos claramente em conversa com os trabalhadores das cinco indústrias pesquisadas a presença do medo do desemprego presente na rotina de trabalho, o como isso se expressa nas formas de pressão, no sentido de atingir as metas de produção de ser mais ágeis, de estarem realizando cursos e treinamentos solicitados pelas indústrias, entre outros elementos apontados.

Deste modo, percebemos que o trabalhador tende a aceitar as condições degradantes de trabalho, sob o risco do desemprego.

Nesse sentido, Alves (2007 p. 197) indaga que através do medo do desemprego o trabalhador assalariado consente maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas.

Outra característica do trabalho nas indústrias alimentícias, constantemente ressaltada pelos trabalhadores, refere-se quanto à jornada de trabalho, que na Sadia, C.Vale, Frimesa e Copagril tem duração diária de 8:47 h. e na Faville tem duração diária de seis horas para quem trabalha na fabricação de Waffer e de oito horas para os demais trabalhadores. Lembrando que o trabalhador entra na indústria no começo de sua jornada de trabalho e sai somente ao final dela, ou seja, faz suas refeições na própria indústria, a um custo de R\$0,60 cada refeição.

Porém em conversa com os trabalhadores das cinco indústrias, foram freqüentes os relatos de superação da jornada de trabalho diária, seja devido a alguma necessidade de produção por conta de alguma demanda ou como uma forma de aumentar o salário, realizando hora extra.

Isso se torna ainda mais grave quando os trabalhadores vêm de outros municípios para trabalhar, seja em Toledo, Palotina ou Marechal Cândido Rondon, nesses casos muitos relataram que é comum ficar até 12 horas diárias em função do trabalho. Ressaltamos que quanto ao transporte dos trabalhadores que vem de outros municípios é descontado na folha salarial destes 6% do salário por mês, para cobrir os gastos.

Além disso, ainda destacamos, as metas diárias de produção que tornam o trabalho ainda mais cansativo e repetitivo, para ilustrar essa situação, já citamos anteriormente o trabalho de Seu Didi que corta 33 asas de frango por minuto, isso significa que no final de uma jornada de 8:47h, os trabalhadores desse setor terão cortado cerca de 16.770 asas cada um.

Todas essas condições de trabalho que citamos acima podem parecer óbvias quando se trata do trabalho industrial sob o modo de produção fordista/taylorista, e parecem muito distante do que a literatura aponta em época de toyotismo e reestruturação produtiva, portanto podemos verificar que nessas indústrias alimentícias esses modos de produção estão presentes concomitantemente na organização do trabalho, com destaque, por exemplo, para o trabalho repetitivo e extenuante (característica do fordismo/taylorismo) ao mesmo tempo em que organiza os trabalhadores em equipe e que utiliza na prática os conceitos de empregabilidade, da captura da subjetividade operária, e, portanto da educação para o trabalho (características do toyotismo). Portanto chamamos a atenção para a formação do trabalhador, e o que isso pode significar em termos da expansão dessas indústrias nos municípios estudados.

Ressaltamos que em todas as condições de trabalho acima citadas, percebemos uma característica comum a todas, que os trabalhadores constantemente enfatizaram durante as entrevistas, o que se refere à pressão exercida pelo supervisor ou pelo encarregado, para atingir a produção, para não reclamar das condições de trabalho, não recorrer, por exemplo, ao sindicato, sob a justificativa que sempre terá trabalhadores que aceitem as condições de trabalho.

Verifica-se o caráter de controle do capital para com os trabalhadores, o que revela uma das principais características da formação profissional, como foi destacado em outros momentos, o envolvimento do trabalhador para com o trabalho, com os ideais da indústria, e, portanto com o próprio processo de acumulação do capital.

A incorporação desta pressão pelos trabalhadores, faz com que sejam mais produtivos e que o medo do desemprego torne-os menos atuantes no que se refere à luta pelas melhorias das condições de trabalho, este é um dos traços importantes quanto à formação profissional que pode ser visualizado nas cinco indústrias estudadas.

Verificamos ainda na pesquisa de campo, que as indústrias tendem a adotar constantemente novas estratégias no sentido de obter o controle sobre o trabalhador, objetivando maior produtividade/lucratividade. Assim os trabalhadores da C.Vale ressaltaram que a indústria concede alguns benefícios ao trabalhador que não falta, desta forma para os trabalhadores exemplares que não faltam ao trabalho recebem ao final do mês além do salário no valor de R\$ 535,00 um vale alimentação no valor de R\$100,00.

Os trabalhadores ressaltaram que isso faz com que o trabalhador tenha maior envolvimento com o trabalho, haja vista, que o vale alimentação pode fazer a diferença na hora de fechar as despesas da casa.

Considerações Finais

Constatamos que o processo de expansão do trabalho fabril nas indústrias alimentícias do Oeste Paranaense, está relacionado à dinâmica do capital que busca incessantemente a inclusão de territórios e trabalhadores em sua lógica reprodutiva/destrutiva.

Para tanto o capital sobrevive a partir de ofensivas para com a totalidade social, é o que verificamos quanto à qualificação profissional, seja no plano discursivo ideológico ou nas diferentes formas de captura dos atributos relacionadas à capacidade produtiva e vinculados às habilidades incorporadas na força de trabalho.

Lembrando que as habilidades concernentes a força de trabalho, podem ser tudo aquilo que possa oferecer vantagens ao processo produtivo e à extração da mais-valia.

Compreendemos que a formação do trabalhador, (sejam as habilidades técnicas ou comportamentais) está ancorada às necessidades do capital, cujo objetivo é garantir a reprodução ampliada do mesmo, associada à necessidade de expansão geográfica do capital. Deste modo acreditamos que as indústrias alimentícias se inserem nesse bojo, em que a qualificação profissional se torna um instrumento importante para garantir a produtividade e lucratividade das indústrias, sobretudo pelas exigências no processo produtivo, em que a qualificação profissional expressa na educação para o trabalho pode ser determinante para a manutenção do emprego.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição – Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007;

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho – ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Cotez, 1999;

BATISTA, Roberto Leme. **Da relação entre reestruturação produtiva e educação profissional**. In: VI Simpósio de Filosofia e Ciência - Universidade e Contemporaneidade: produção do conhecimento e formação profissional, Marília - SP. VI Simpósio de Filosofia e Ciência. 2005;

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos** (Tese de Doutorado). Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP, 2004;

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **O desenvolvimento desigual do capital e a expansão do trabalho fabril no oeste paranaense**. In. IX Jornada do trabalho – Dinâmica territorial do trabalho no século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital – Catalão/GO, 2008;

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do Capital**. In: Pegada (v.8, n.1) – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho/Presidente Prudente: CEGET, 2007;

CORSI Francisco Luiz. **Economia do Capitalismo Global: um balanço crítico do período recente**. In. Trabalho e Educação: contradições do capitalismo global/ Giovanni Alves [et.al...](orgs). 1. ed – Maringá, PR: Práxis, 2006;

HARVEY, David **A produção capitalista do espaço** – 2 ed. São Paulo/SP: Annablume, 2005;

HARVEY, David **O novo imperialismo** São Paulo/SP: Loyola, 2004;

MÉSZÁROS, Istvan. **Para Além do Capital** São Paulo/SP: Boitempo, 2002;

SILVA, Rafael Alves da. **A Exaustão de Sísifo: gestão produtiva, trabalhador contemporâneo e novas formas de controle**. (Dissertação de Mestrado). Campinas/SP: UNICAMP: 2008;

Sites Consultados

www.ipardes.gov.br, consulta em 19 de janeiro de 2008.

www.mec.gov.br, consulta em 22 de agosto de 2008.

www.mte.gov.br, consulta em 15 de agosto de 2008.